

opinião

opinioao@jornaldocomercio.com.br

/ PALAVRA DO LEITOR

Enchentes

O lago Guaíba superou sua cota de inundação pela terceira vez em um espaço de tempo inferior a um ano, ultrapassando os 5,3 m no Cais Mauá, como consequência direta das fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul. São milhares de desabrigados e também de voluntários apoiando nos resgates (**Jornal do Comércio**, 03/05/2024). Será que prefeitura e o governo do Estado não têm engenheiros que façam um estudo e resolvam este problema das enchentes que ocorrem por aqui todos os anos? Sempre a mesma coisa, pessoas perdendo a vida, outras perdendo tudo que levaram anos pra conseguir. Não acredito que não haja solução para estas enchentes. (*Jorge Nobles Pires*)

Enchentes II

Lamentável tudo isso... Os cientistas, pesquisadores e climatologistas têm alertado para que os governos possam planejar e reorganizar as cidades litorâneas e próximas de rios e lagos. Infelizmente, como tudo no País tropical, muito papo e ínfimas ações. Parece que nada aprenderam com a força da natureza em 2023. E se nada for feito, na próxima situação será pior, pois a previsão é aumentar ano a ano. (*Nell Morato*)

Enchentes III

O RS não possui efetivo para o resgate das pessoas, o acolhimento das mesmas e a desobstrução das estradas que ainda restam. É necessário o encaminhamento de toda força de trabalho disponível para auxiliar nessa tragédia. Há muito a ser feito e será preciso, ainda, muita ajuda. É hora de salvar vidas e o que restou do Estado. (*Andréia Alves*)

Enchentes IV

Nas entranhas do Rio Grande do Sul, onde o céu chora suas lágrimas incessantes, reside uma comunidade de bravos corações, agora envolta em um manto de aflição e desespero. As torrentes dos céus, impiedosas, têm lançado suas fúrias sobre as terras gaúchas, deixando um rastro de destruição e desamparo. Não ignoremos o chamado das águas que clamam por socorro. Se você, que lê estas palavras, reside em áreas de risco, que não hesite: procure abrigo seguro, deixe o perigo para trás. Que nossas estradas, ainda que estreitas e precárias, não nos separem da empatia que nos une como humanidade. O Rio Grande do Sul precisa do nosso apoio, da nossa compaixão, da nossa solidariedade. Que a nossa resposta seja um eco de amor que ressoe através das montanhas e vales, mostrando que, juntos, somos mais fortes do que qualquer tormenta. (*Mauro Gaglietti*)

Combustíveis

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) percorreu a cidade de Porto Alegre, no sábado passado, para verificar denúncias de que alguns postos de combustíveis estariam praticando aumentos abusivos nos preços. Com a Capital isolada, muitos postos já não têm mais combustíveis (Site do JC, 04/05/2024). Comerciantes que fazem isso na situação em que se encontra o RS, deveriam ir presos! (*Carlinhos Nunes de Oliveira*)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Uma aposta na humanidade

Luiz Fernando da Silveira

O Rio Grande do Sul vive a maior tragédia climática de sua longa e valorosa existência. Mas não podemos dar como perdida a batalha. É verdade que os resultados disso são alarmantes: vidas ceifadas, moradias devastadas e a infraestrutura pública fragilizada. Estamos presos à contragosto num cenário de guerra assombroso jamais visto nessas terras farroupilhas. Todavia, nada disso ainda é suficiente para sentenciarmos a nossa derrota.

Apesar do trauma e da dor aguda sem precedentes, nunca se viu tanta união e tantos gestos solidários em pouco tempo. Há um sinal evidente de esperança que se impõe como prova firme de que nem tudo está perdido por aqui. E de fato estamos longe da perda total. E a razão disso é muito simples: o espírito humanitário comprovado pela população sul-rio-grandense já é um dos pilares mais valiosos para reerguer nosso Estado.

Homens e mulheres de todas as idades e visões de mundo habilitaram-se nos últimos dias a atuar como voluntários em inúmeros abrigos, centros de distribuição de donativos e em operações de salvamento às vítimas. Em alguns locais houve até mesmo excesso de contingente voluntário, o que é algo magnífico a ser saudado nesses tempos tão difíceis. Assim, apesar do aparente individualismo desses tempos modernos, parece que a humanidade ainda está a apta a ser solidária e fazer a diferença. É essa desenvoltura huma-

nista que será fundamental para sairmos dos escombros e para que a normalidade volte a reinar o quanto antes entre nós.

Humanidade, aliás, é um dos lemas da bandeira do Rio Grande do Sul, que agora deixa de ser uma palavra esquecida no alto dos mastros e passa a ter o destaque político e social que justifica o seu registro em tão importante símbolo oficial do nosso Estado: o de norma impulsionadora da união cívica de forças humanas em prol do bem comum. E já temos a prova inequívoca de que essa comunhão é exequível e faz a diferença na vida dos gaúchos.

Então, esqueçamos neste instante as divergências ideológicas, partidárias, religiosas e quaisquer outras querelas de menor importância que insistem em nos segregar. É tempo de ratificarmos a aposta numa corrente humanitária a ser firmada entre os cidadãos, os governos (municipais, estadual e federal), a iniciativa privada e as entidades da sociedade civil por um propósito maior, ou seja, um Rio Grande altivo, empático, suprapartidário, ecumênico, resiliente e reerguido.

Advogado

A desoneração da folha e a insegurança

Eduardo Franco

O embate entre Executivo e Legislativo sobre a desoneração da folha de pagamento de pessoas jurídicas em determinados setores, que tornou-se alvo de intensos debates políticos, destaca como as decisões podem impactar o ambiente de negócios.

Em dezembro, o Legislativo prorrogou a contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB), beneficiando alguns setores da economia. Esse benefício fiscal substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, dependendo do setor.

A trajetória dessa legislação foi turbulenta, marcada por vetos presidenciais, derrubada dos vetos no Congresso, edição de duas Medidas Provisórias, um projeto de lei encaminhado para o Legislativo e, por último, uma decisão liminar no STF.

O embate começou quando o Presidente da República vetou o PL 334/2023, que prorrogava a CPRB até 2027. O veto fundamentou-se na alegação de inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público. O Congresso rejeitou o veto, demonstrando

uma dinâmica de poderes que envolveu tanto a Câmara quanto o Senado.

Essa sequência levou à imediata edição da MP 1.202/2023, que revogou a lei. Alguns dias antes do retorno da reoneração da folha (1º de abril), o Executivo editou a MP 1.208/2024 revogando a medida anterior e encaminhou, em regime de urgência, o PL 493/2024 à Câmara, que tinha prazo de 45 dias para apreciação.

No dia 24 de abril, a Advocacia-Geral da União ajuizou a ADIN n. 7.633 no STF alegando renúncia de receita e impactos financeiros para o governo (R\$10 bilhões anuais de arrecadação). No dia 25, o ministro Cristiano Zanin proferiu decisão suspendendo a desoneração da folha enquanto não acompanhado de estimativa do impacto orçamentário.

A desoneração da folha de pagamentos é uma ferramenta crucial para estimular a atividade econômica. Esse é um dos inúmeros assuntos que levantam questionamentos sobre a estabilidade do ambiente normativo e criam incertezas para os setores envolvidos. A insegurança contribui para que as empresas avaliem com mais cautela se contratam ou demitem funcionários.

A previsibilidade e a estabilidade tributária são essenciais para promover um ambiente favorável aos negócios, ao emprego e ao crescimento econômico. Infelizmente, essa não tem sido a realidade no Brasil.

Sócio da Carpena Advogados

